

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº. 033/2024

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de kit irrigação, com prestação de serviços técnicos, para cumprimento de meta do Termo de Convênio nº 001/2022 junto ao Estado da Bahia, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	DISCRIMINAÇÃO DO KIT	QUANT.	UNIDADE	VALOR GLOBAL ESTIMADO P/KIT	TOTAL GERAL ESTIMADO
UNICO (1)	KIT IRRIGAÇÃO PARA ATENDIMENTO A UMA ÁREA DE 1,0HA, COM ENERGIA SOLAR OFF GRID, INCLUSO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, CARGA, TRANSPORTE, DESCARGA, MONTAGEM, INSTALAÇÃO E ADEQUADO FUNCIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO.	8	KIT	R\$ 58.000,00	R\$ 464.000,00
TOTAL GERAL ESTIMADO					R\$ 464.000,00
CONJUNTO MOTO BOMBA					
Item	Discriminação	Und	Qtd		
01	Moto bomba submersa tetis; modelo 4SD7- 13; 3,0CV; trifásica	UND	01		
MATERIAIS ELÉTRICOS					
Item	Discriminação	Und	Qtd		
02	Cabo de cobre 3,0 x 2,5mm²	m	90		
LIGAÇÃO DE PRESSÃO					
Item	Discriminação	Und	Qtd		
03	Manometro de 0-10atm de glicerina	und	02		
04	Nipple 2"	und	04		
05	Registro de gaveta 2"	und	01		
06	Curva de saída 2"	und	01		

07	União Galvanizada 2"	und	03
08	Curva PVC 50mm x 45°	und	02
09	Adaptador R x B 50mm x 2"	und	02
10	Válvula de retenção 2"	und	01
11	Tubo BR 2"	und	14
12	Luva galvanizada 2"	und	14
13	Tê BR 2"	und	01
14	Bucha de redução BR 2" x 1"	und	01
15	Joelho BR 2" x 45°	und	02
16	Tubo BR 2" x 1,5m	und	01
17	Corda	m	90
18	Fita auto fusão	und	01
19	Fita isolante	und	02
20	Tampa para poço 2"	und	01
<b>SISTEMA DE FILTRAGEM</b>			
Item	Discriminação	Und	Qtd
21	Filtro de discos longos 2" x 25m³/h	und	01
22	Valvula ventosa 1"	und	02
<b>TUBOS</b>			
Item	Discriminação	Und	Qtd
23	Tubo PVC 50mm x 6,0m	und	58
<b>EMISSORES</b>			
Item	Discriminação	Und	Qtd
24	Tubo gotejador 16mm 2,0 l/h; esp.: 50cm; Tipo cilíndrico PN 30	m	10.500
25	conector inicial de linha 16mm	und	260
26	chula 16mm	und	260
27	União de polietileno 16mm	und	40
28	Abraçadeira de final de linha 16mm	und	260
<b>CONTROLE, PROTEÇÃO E COMANDO</b>			
Item	Discriminação	Und	Qtd
29	Registro PVC Soldável	und	08
30	Abraçadeira 2" x 1/2"	und	08
31	CAP PVC 50mm	und	16
32	Válvula anti vácuo 1/2"	und	08
33	Tê PVC 50mm	und	16
34	Pedaco de tubo PN- 80 50mm" x 1,2 m	und	16
35	Pedaco de tubo PN- 80 50mm x 0,2 m	und	16
36	Folhas de lixa	und	05

37	Tubos de cola(850g)	und	03
38	Caixa fita veda rosca 50m	und	03
<b>CONEXÕES E ACESSÓRIOS</b>			
<b>Item</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>
39	Curva PVC 45° x 50mm (final de linha)	und	08
40	Tê PVC 50mm	und	07
41	Curva PVC 50mm x 90°	und	11
42	Registro soldável 50mm(finl de linha)	und	08
43	Conjunto e conexões	ha	1,00
44	Montagem e deslocamento	ha	1,00
45	Trasporte de material	ha	1,00
<b>SISTEMA FOTOVOLTAÍCO</b>			
<b>Item</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>
46	Kit aterramento com 03 hastes cobriadas 2,4m com presilhas GTDU e 6,0m de cabo de cobre 1,00 x 25mm²	kit	01
47	Módulo Solar Fotovoltaico half Cell policristalino 470w eficiência 16,9%	und	15
48	Quadro de proteção em caixa metálica 400mm x 400mm x 250 mm com 02 filtros 120mm x 120mm para ventilação DPS e disjuntor para corrente contínua e inversor off grid 5HP 10ª 380V	kit	01
49	Suporte de solo para placa solar estrutura aérea em perfil enrijecido 75mm x 40mm em chapa 14	kit	01
50	Conjunto de conexões para instalação	und	01
51	Estacas de eucalipto 3m de 15 a 20cm de diâmetro	und	05

### **Requisitos mínimos para o fornecimento dos materiais e equipamentos:**

#### **ENTREGA PARCELADA:**

1.2. A empresa contratada deverá obedecer a requisitos mínimos, com fornecimento de materiais/produtos de qualidade de forma a garantir a durabilidade dos sistemas de irrigação a serem instalados nos diversos Municípios integrantes do CIBARC, sendo eles:

- a) **SANTANA/BA;**
- b) **CANÁPOLIS/BA**
- b) **SANTA MARIA DA VITÓRIA/BA;**
- c) **SÃO FÉLIX DO CORIBE/BA;**
- d) **SERRA DOURADA;**

- e) **JABORANDI/BA;**
- e) **CORIBE/BA;**
- f) **FEIRA DA MATA.**

**1.3. A contratada deve entregar no mínimo 50% dos equipamentos/materiais durante o Evento “EXPOSANTANA 2024, até o dia 10 de julho de 2024, no Parque de Exposições da Cidade de Santana/BA.**

1.4. A entrega parcial no Município de Santana/BA se faz necessário para cumprimento de cronograma de entregas de investimentos do Governo do Estado da Bahia via CIBARC para os Municípios da Bacia do Rio Corrente. A distribuição após, recebimento e finalizado o evento da Feira Agropecuária será realizado pelo Contratante com apoio logístico dos Municípios beneficiados.

#### **MONTAGEM FINAL:**

1.5. A Contratada será responsável pela instalação do sistema de irrigação na área indicada pela Secretaria Municipal de Agricultura ou equivalente do Município beneficiado, mediante Ordem de Fornecimento/Serviços emitida pelo CIBARC.

1.6. A execução da montagem dos equipamentos será acompanhada por Leonardo Tarcísio Pereira Fonseca - Engenheiro Agrônomo (Coordenador Técnico-Kit's Produtivos).

1.7. A Contratada deve dispor de Supervisor de Serviços/Encarregado e equipe de pessoal, suficientes para montagem dos sistemas de irrigação, bem como, dispor de Engenheiro Eletricista, para coordenar a montagem e instalação dos sistema fotovoltaico off-grid.

1.8. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.9. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.10. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do termo do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas constantes do ETP, não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum ou até a conclusão das entregas.

1.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Nos termos do Plano de Trabalho aprovado pela **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR**, considera uma grande lacuna existente no território brasileiro quanto à assistência técnica voltada para agricultura familiar, e à presunção de um grande potencial de produção de equilibrada, a assistência técnica assume um papel chave no desenvolvimento rural do estado brasileiro. Dentre os principais aspectos que caracterizam

esta ação como uma política pública estruturante, podemos citar a falta de oportunidade de acesso a recursos de investimento e custeio junto aos agentes financeiros, o desenvolvimento socioeconômico das localidades que abrigarão estes investimentos e o aumento da segurança alimentar, além disso, a assistência técnica é uma política estratégica que permite, ao Estado e o município, o domínio de sua produção de modo organizado, permitindo o planejamento das ações no meio rural. O Consórcio Intermunicipal Bacia do Rio Corrente - CIBARC, abrange atualmente 8 municípios que apresentam juntos um contingente de famílias que atendem ao perfil de agricultores(as) definido pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (Agricultura Familiar), sendo que um dos principais entraves encontrado pelos municípios para prestar um serviço de Assistência Técnica de qualidade para essas famílias, está na restrita capacidade estrutural e orçamentária deste a atender um número muito grande de famílias, pois demanda um volume de recursos que na atualidade é impossível de ser mantido individualmente por cada um deles. Desta forma os recursos advindos deste convênio ajudarão a ampliar e estruturar os planejamentos produtivos para mais famílias que ainda não dispõem dos mesmos, facilitando e ampliando a logística de acesso a bens, a regularidade de visitas às propriedades e ampliando o alcance de políticas públicas de inclusão produtiva, a organização e estruturação das UPF, com melhoria dos processos de diversificação da produção, aumento da produtividade e segurança alimentar e nutricional das famílias, o acesso a mercados locais, territoriais, institucionais, aumentando a renda das famílias com a comercialização dos produtos da agricultura familiar e o fortalecimento da gestão, com preservação ambiente e disponibilização e inovações técnicas sustentáveis e adequadas aos agricultores e agricultoras. Para tal forma escolhidos 03 (três) arranjos produtivos de destaque na região (a produção de leite, de mandioca e Galinha Caipira).

2.1. O Consórcio ainda não possui PCA - Plano de Contratação Anual publicado no P.N.C.P. - Portal Nacional de Contratações Públicas. Assim, a deflagração do procedimento licitatório deverá ser aprovada pelo Presidente.

### **3. MODELO DE EXECUÇÃO**

#### **Entrega dos equipamentos e materiais, execução dos serviços de montagem/instalações finais**

##### **3.1. Local de entrega:**

##### **Parcela 1: Equivalente à no mínimo 50% do total mínimo 50% dos equipamentos/materiais (correspondente à 4 kits)**

**Fase 1 – Etapa 1:** ENTREGA DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS durante o Evento “EXPOSANTANA 2024”, deverá ocorrer até o dia 10 julho de 2024, no Parque de Exposições da Cidade de Santana/BA.

**Fase 2 – Etapa 1:** CONFERÊNCIA E RECEBIMENTO PROVISÓRIO, pelo responsável pelo recebimento designado pelo CIBARC.

**Fase 3 – Etapa 2:** Transporte para o local de instalação - a ser realizado pelo CIBARC ou pela Secretaria do Município beneficiado.

**Fase 4 – Etapa 3: INÍCIO DA MONTAGEM/INSTALAÇÃO** – A contratada deve iniciar os serviços de instalação dos kits EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS COMUNICAÇÃO INFORMANDO OS ENDEREÇOS DOS LOCAIS PARA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA 1ª PARCELA – O PRAZO PARA CONCLUSÃO DAS INSTALAÇÕES SERÁ DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS.

**A empresa deve apresentar ART de responsabilidade técnica referente a instalação do SISTEMA FOTOVOLTAICO em até 24h após o início da fase de instalações desses equipamentos.**

**Parcela 2: Equivalente ao saldo remanescente da entrega da 1ª Parcela**

**Fase 1 – Etapa 1: ENTREGA DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS** total dos kits remanescentes, deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias contados do na Sede do Município beneficiado indicadas pela Contratante, na sede da Secretaria de Agricultura ou equivalente, conforme endereço a ser indicado na Ordem de Fornecimento.

**Fase 2 – Etapa 2: CONFERÊNCIA E RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, pelo responsável pelo recebimento designado pelo CIBARC.

**Fase 2 – Etapa 3:** Transporte para o local de instalação – a ser realizado pelo CIBARC ou pela Secretaria do Município beneficiado

**Fase 3 – Etapa 4: INÍCIO DA MONTAGEM/INSTALAÇÃO** – A contratada deve iniciar os serviços de instalação dos kits entregues na 2ª parcela, EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS COMUNICAÇÃO INFORMANDO OS ENDEREÇOS DOS LOCAIS PARA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA 2ª PARCELA – O PRAZO PARA CONCLUSÃO DAS INSTALAÇÕES SERÁ DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS.

Na execução da Parcela 2, A CONTRATADA PODERÁ REALIZAR A ATAPA DE TRANSPORTE PARA ENTREGA DIRETA PARA O LOCAL DE EXECUÇÃO FINAL, CASO SEJA CONVENIENTE PARA AGILIZQAR OS SERVIÇOS DE MONTAGEM FINA, FICANDO POR SUAS CUSTAS OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE, SE ASSIM O FIZER.

O apoio logístico das Secretarias Municipais será intermediado pela responsável pelo recebimento dos materiais/equipamentos, em nome do CIBARC, compreende o transporte de materiais da Sede do Município para a localidade onde será instalado o kit.

3.2. **Prazo de execução total:** Em até 60 (trinta) dias após o recebimento da comunicação da CONTRATANTE sobre os locais de instalações dos kits, a CONTRATADA deve apresentar relatório conclusivo do objeto,

3.3. Caso não seja possível a conclusão total das instalações no prazo assinalado acima, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



## **Garantia, manutenção e assistência técnica**

### **3.4. Solicitação, execução e acompanhamento dos serviços de garantia:**

3.5. O prazo de garantia será de 12 (doze) meses, contados a partir do dia útil subsequente à data do recebimento definitivo;

3.6. O suporte durante o prazo de garantia para o SISTEMA FOTOVOLTAÍCO será dado no local onde se encontram instalados os equipamentos e deverá ter início em até 05 (cinco) dias úteis seguinte ao da verificação do problema do sistema ou componente e notificação à empresa CONTRATADA.

3.7. A CONTRATADA deverá manter contato telefônico para atendimento e abertura de chamados, das 08:00h às 18:00h., de segunda a sexta-feira. A CONTRATADA deverá ser acionada, preferencialmente, por meio de ligação ou e-mail, podendo a empresa disponibilizar abertura de chamados pela internet;

3.8. A CONTRATADA deverá fornecer número de telefone ou endereço de ou e-mail para abertura de chamados;

3.9. Os chamados deverão ser concluídos em até 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte ao início do atendimento do chamado. Findo o prazo, sem a resolução do problema, através de pessoal técnico e habilitados pela CONTRATADA, que deverá disponibilizar todos os equipamento e ferramentas para garantir a execução dos serviços de reparos e consertos, sendo por suas custas todas as despesas diretas e indiretas durante todo o período de execução do serviço demandado;

3.10. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o CIBARC. Nesse sentido, a garantia deve englobar:

- a) Remoção dos vícios apresentados pelos equipamentos, materiais, peças e outros componentes;
- b) Solução de problemas e esclarecimento de dúvidas de utilização dos equipamentos;
- c) As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia devem ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento (peças genuínas);
- d) Os serviços deverão ocorrer de acordo com o Manual do Proprietário, se for o caso, e sob responsabilidade da CONTRATADA, podendo ser acompanhado por representante do CIBARC.
- e) Após manutenções e reparos, A contratada deverá testar e entregar o equipamento em pleno funcionamento.

3.11. O término do reparo/manutenção do equipamento não poderá ultrapassar o prazo de 20 (vinte) dias úteis, caso contrário deverá ser providenciado pela CONTRATADA a

substituição do equipamento equivalente ou de superior, até que seja sanado o defeito, para não haver interrupção das atividades desenvolvidas pelo produtor rural.

3.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

3.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Produtor rural, de modo a garantir a continuidade do funcionamento do sistema.

3.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

3.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

3.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

### **Subcontratação**

3.17. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, exceto os serviços de transporte de materiais e equipamentos, para execução da entrega e nas ocorrências de necessidade de remoção de peças e equipamentos durante a garantia legal.

### **Garantia da contratação**

3.18. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Fiscalização

4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### Fiscalização Técnica

4.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

4.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

4.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

4.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

4.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

4.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### Fiscalização Administrativa

4.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

4.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

4.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

4.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

4.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

4.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

4.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

4.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

4.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **5. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

5.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

5.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

5.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos

valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.10.1. a data da emissão;

5.10.2. os dados do contrato e do órgão contratante;

5.10.3. o período respectivo de execução do contrato;

5.10.4. o valor a pagar; e

5.10.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

5.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

5.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

5.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

5.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

### **Forma de fornecimento**

6.2. O fornecimento do objeto será integral POR KIT, envolvendo o seguinte: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, CARGA, TRANSPORTE, DESCARGA, MONTAGEM, INSTALAÇÃO E ADEQUADO FUNCIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS.

### **Exigências de habilitação**

6.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

6.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

6.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - **CNPJ**;

6.11. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);



- 6.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 6.14. Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.15. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 6.16. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre
- 6.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrita relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 6.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 6.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida nos últimos **30 (trinta)** dias contados da data de abertura da sessão pública deste Pregão - - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II)
- 6.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 6.20.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
  - 6.20.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
  - 6.20.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
  - 6.20.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 6.21. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será

exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

6.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

6.23. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

6.24. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), competente da região a que estiver vinculada a licitante, **conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência**, em plena validade, que comprove atividade relacionada com o objeto licitado.

6.25. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

6.26. Indicação da equipe técnica, comprovando que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional habilitado no campo **da ENGENHARIA ELÉTRICA**, devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Regularidade da Pessoa Física, expedida por este Conselho, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração, nos termos do art. 30, §10, da Lei 8.666/93.

- a) Entende-se, para fins deste edital, como pertencente ao quadro permanente:
  - I. O empregado;
  - II. O sócio;
  - III. O detentor de contrato de prestação de serviço.
- b) A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional responsável, acompanhada de anuência deste, e sua indicação para coordenar as obras/serviços, objeto deste edital;
- c) Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma;

- d) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.
- e) O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração

### **Qualificação Técnico-Operacional**

6.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

6.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

6.28. Comprovação que já executou contrato(s) **instalação de sistemas de irrigação e/ou abastecimentos de água**

6.28.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

6.28.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

6.28.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

6.28.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

6.28.5. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

### **6.29. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

6.29.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 464.000,00** (quatrocentos e sessenta e quatro mil reais), conforme custos unitários apostos na tabelas constante no item 1.1 deste termo.

**6.30. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.30.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do CIBARC.

6.30.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

PODER: 2 - Poder Executivo

ORGÃO: 2 - CONS INTER BACIA DO RIO CORRENTE

Secretaria: 0101 CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO

Unidade: 010101 CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO

ATIVIDADE: 4.122.051.1.001 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO CIBARC

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fonte: 1701

São Félix do Coribe - BA, 19 de junho de 2024.

**Geicel Atiene Frota Rosa**

Diretor Executivo